



PMEPC

Município de Alfândega da Fé

Abril de 2015

Revisão Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil



Ficha Técnica

Realização



Câmara Municipal de Alfândega da Fé
Rua Camilo Mendonça
5350-045 Alfândega da Fé

Câmara Municipal

| | |
|------------------------------------------------|--------------------------------|
| Presidente | Berta Ferreira Milheiro Nunes |
| Vice-Presidente (Pelouro – Proteção Civil) | Eduardo Manuel Dobrões Tavares |
| Coordenador do Gabinete de Proteção Civil | João Martins |
| Técnica superior do Gabinete de Proteção Civil | Carina Figueiredo |
| Técnico superior – SIG (DU) | António Constâncio |

ÍNDICE

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Parte I – Enquadramento Geral do Plano | 12 |
| 1. <i>Introdução</i> | 13 |
| 2. <i>Âmbito de aplicação</i> | 13 |
| 3. <i>Objetivos gerais</i> | 15 |
| 4. <i>Enquadramento Legal</i> | 15 |
| 5. <i>Antecedentes do Processo de Planeamento</i> | 16 |
| 6. <i>Articulação com instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território</i> | 17 |
| 7. <i>Ativação do Plano</i> | 19 |
| 7.1. <i>Competências para a ativação do Plano</i> | 19 |
| 7.2. <i>CrITÉrios para a ativação do Plano</i> | 20 |
| 8. <i>Programa de Exercícios</i> | 24 |
| Parte II – Organização da Resposta | 25 |
| 1. <i>Conceito de Atuação</i> | 26 |
| 2. <i>Execução do Plano</i> | 28 |
| 2.1. <i>Fase de emergência</i> | 29 |
| 2.2. <i>Fase de reabilitação</i> | 33 |
| 3. <i>Articulação e atuação de agentes, organismos e entidades</i> | 37 |
| 3.1. <i>Missão dos agentes de Proteção Civil</i> | 39 |
| 3.1.1. <i>Fase de emergência</i> | 40 |
| 3.1.2. <i>Fase de reabilitação</i> | 43 |
| 3.2. <i>Missão dos organismos e entidades de apoio</i> | 46 |
| 3.2.1. <i>Fase de emergência</i> | 46 |
| 3.2.2. <i>Fase de reabilitação</i> | 53 |
| 3.3. <i>Missão das estruturas autárquicas</i> | 58 |
| 3.3.1. <i>Fase de emergência</i> | 58 |
| 3.3.2. <i>Fase de reabilitação</i> | 59 |
| Parte III – Áreas de Intervenção | 61 |
| 1. <i>Administração de meios e recursos</i> | 62 |
| 2. <i>Logística</i> | 64 |
| 2.1. <i>Apoio Logístico às Forças de Intervenção</i> | 64 |
| 2.2. <i>Apoio Logístico às populações</i> | 69 |
| 3. <i>Comunicações</i> | 75 |
| 3.1. <i>Rede Operacional de Bombeiros (ROB)</i> | 76 |
| 3.2. <i>Rede Estratégica de Proteção Civil (REPC)</i> | 77 |
| 3.3. <i>SIRESP</i> | 78 |
| 3.4. <i>Organização das comunicações</i> | 78 |
| 4. <i>Gestão da informação</i> | 79 |
| 4.1. <i>Gestão da Informação às entidades e agentes envolvidos nas ações de socorro</i> | 80 |
| 4.2. <i>Gestão da Informação a entidades públicas e privadas que colaboram com as ações de socorro e reabilitação</i> | 81 |
| 4.3. <i>Gestão da Informação Pública:</i> | 82 |
| 5. <i>Procedimentos de evacuação</i> | 84 |
| 6. <i>Manutenção da ordem pública</i> | 88 |

| | | |
|-------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 7. | <i>Serviços médicos e transporte de vítimas</i> | 89 |
| 8. | <i>Socorro e salvamento</i> | 92 |
| 9. | <i>Serviços mortuários</i> | 95 |
| 10. | <i>Protocolos</i> | 100 |
| Parte IV – Informação Complementar | | 101 |
| Secção I | | 102 |
| 1. | <i>Organização geral da Proteção Civil em Portugal</i> | 102 |
| 1.1. | <i>Estrutura de Proteção Civil</i> | 103 |
| 1.1.1. | <i>Direção Política</i> | 104 |
| 1.1.2. | <i>Coordenação Política</i> | 105 |
| 1.1.3. | <i>Órgãos de Execução</i> | 106 |
| 1.2. | <i>Estrutura das Operações</i> | 107 |
| 1.2.1. | <i>Sistema de Gestão de Operações</i> | 108 |
| 1.2.1.1. | <i>Funções na estrutura da organização</i> | 111 |
| 1.2.1.2. | <i>Teatro de operações</i> | 114 |
| 1.2.2. | <i>Comando Operacional</i> | 115 |
| 1.2.3. | <i>Coordenação Institucional</i> | 116 |
| 2. | <i>Mecanismos da estrutura de Proteção Civil</i> | 116 |
| 2.1. | <i>Composição, convocação e competências da Comissão de Proteção Civil</i> | 116 |
| 2.2. | <i>Critérios e âmbito para a declaração das situações de alerta</i> | 117 |
| 2.3. | <i>Sistema de monitorização, alerta e aviso</i> | 119 |
| 2.3.1. | <i>Monitorização</i> | 119 |
| 2.3.2. | <i>Alerta</i> | 123 |
| 2.3.3. | <i>Aviso</i> | 124 |
| Secção II | | 126 |
| 1. | <i>Caracterização Geral</i> | 126 |
| 2. | <i>Caracterização Física</i> | 128 |
| 2.1. | <i>Condições Climáticas</i> | 128 |
| 2.2. | <i>Orografia</i> | 131 |
| 2.3. | <i>Declives</i> | 133 |
| 2.4. | <i>Exposição de vertentes</i> | 134 |
| 2.5. | <i>Hidrografia</i> | 136 |
| 2.6. | <i>Ocupação do solo</i> | 138 |
| 2.7. | <i>Geologia</i> | 143 |
| 3. | <i>Caracterização socioeconómica</i> | 148 |
| 3.1. | <i>Distribuição da população e dinâmica demográfica</i> | 148 |
| 3.1.1. | <i>Densidade populacional</i> | 150 |
| 3.1.2. | <i>Evolução e variação da população residente</i> | 153 |
| 3.1.3. | <i>Estrutura da população por grupos etários e por sexo</i> | 154 |
| 3.1.4. | <i>Taxa de analfabetismo</i> | 159 |
| 3.2. | <i>Dinâmica económica</i> | 160 |
| 3.2.1. | <i>Estrutura da população ativa e Taxa de atividade</i> | 160 |
| 3.2.2. | <i>Sectores de atividade</i> | 161 |
| 3.2.3. | <i>Taxa de desemprego</i> | 163 |
| 3.3. | <i>Caracterização do parque habitacional</i> | 164 |
| 3.3.1. | <i>Alojamentos e núcleos familiares</i> | 164 |
| 3.3.2. | <i>Dimensão do parque habitacional e época de construção</i> | 165 |
| 3.3.3. | <i>Estado de conservação do parque habitacional</i> | 167 |
| 4. | <i>Caracterização das infraestruturas e equipamentos</i> | 169 |

| | | |
|---------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 4.1. | Rede Rodoviária..... | 169 |
| 4.2. | Povoamento/edificado | 171 |
| 4.3. | Rede de abastecimento de água | 172 |
| 4.4. | Rede de saneamento | 176 |
| 4.5. | Rede elétrica | 178 |
| 4.6. | Rede de Telecomunicações | 179 |
| 4.7. | Rede de Gás | 181 |
| 4.8. | Pontos de distribuição de combustíveis | 181 |
| 4.9. | Centros de saúde/equipamentos sociais..... | 183 |
| 4.10. | Estabelecimentos de ensino/ equipamentos desportivos..... | 184 |
| 4.11. | Instalações dos agentes de proteção civil, entidades e organismos de apoio | 185 |
| 4.12. | Instalações hoteleiras e similares | 186 |
| 4.13. | Áreas industriais | 187 |
| 4.14. | Postos de vigia | 189 |
| 5. | <i>Caracterização do Risco</i> | 189 |
| 5.1. | Introdução | 189 |
| 5.2. | Análise de Risco | 192 |
| 5.2.1. | Ondas de calor | 193 |
| 5.2.2. | Vagas de Frio..... | 197 |
| 5.2.3. | Nevões | 201 |
| 5.2.4. | Geadas | 205 |
| 5.2.5. | Cheias e Inundações Rápidas..... | 212 |
| 5.2.6. | Cheias e Inundações Progressivas | 213 |
| 5.2.7. | Secas | 214 |
| 5.2.8. | Sismos | 218 |
| 5.2.9. | Movimentos de Massa em Vertentes..... | 223 |
| 5.2.10. | Incêndios Florestais | 229 |
| 5.2.11. | Acidentes Rodoviários | 242 |
| 5.2.12. | Acidentes no Transporte Terrestre de Mercadorias Perigosas..... | 244 |
| 5.2.13. | Cheias e Inundações por Rutura de Barragens | 245 |
| 5.2.14. | Colapso de Túneis, Pontes e outras Infraestruturas | 248 |
| 5.2.15. | Acidentes em Instalações de Combustíveis, Óleos e Lubrificantes | 249 |
| 5.2.16. | Incêndios e Colapsos em Centros Históricos e em Edifícios com Elevada Concentração Populacional..... | 251 |
| 5.3. | Análise da Vulnerabilidade | 251 |
| 5.3.1. | Ondas de calor | 254 |
| 5.3.2. | Vagas de frio | 255 |
| 5.3.3. | Nevões | 255 |
| 5.3.4. | Geadas | 258 |
| 5.3.5. | Cheias e Inundações Rápidas..... | 259 |
| 5.3.6. | Cheias e Inundações Progressivas | 260 |
| 5.3.7. | Secas | 260 |
| 5.3.8. | Sismos | 261 |
| 5.3.9. | Movimentos de Massa em Vertentes..... | 261 |
| 5.3.10. | Incêndios Florestais | 263 |
| 5.3.11. | Acidentes Rodoviários | 266 |
| 5.3.12. | Acidentes no Transporte Terrestre de Mercadorias Perigosas..... | 266 |
| 5.3.13. | Cheias e Inundações por Rutura de Barragens | 267 |
| 5.3.14. | Colapso de Túneis, Pontes e outras Infraestruturas | 267 |
| 5.3.15. | Acidentes em Instalações de Combustíveis, Óleos e Lubrificantes | 268 |
| 5.3.16. | Incêndios e Colapsos em Centros Históricos e em Edifícios com Elevada Concentração Populacional..... | 268 |
| 5.4. | Estratégias de Prevenção e Mitigação do Risco | 271 |
| 5.4.1. | Instrumentos que concorrem para a mitigação dos Riscos | 271 |
| 5.4.2. | Legislação específica para a mitigação dos Riscos..... | 272 |
| 5.4.3. | Projetos ou programas integrados destinados a mitigar os riscos | 272 |

| | | |
|-------------------|------------------------------------------------------------------|------------|
| 5.4.4. | Planos de Ordenamento do Território..... | 276 |
| 6. | <i>Cenários</i> | 277 |
| 6.1. | Cenário Hipotético de Incêndio Florestal | 277 |
| 6.2. | Cenário Hipotético de movimentos de massa em vertentes | 278 |
| 6.3. | Cenário Hipotético Vagas de frio / Ondas de Calor e Nevões | 279 |
| 6.3.1. | Vagas de frio | 279 |
| 6.3.2. | Onda de Calor | 281 |
| 6.3.3. | Nevões | 282 |
| Secção III | | 283 |
| 1. | <i>Inventário de recursos e meios</i> | 283 |
| 2. | <i>Lista de contactos</i> | 285 |
| 3. | <i>Modelos de relatórios e requisições</i> | 295 |
| 4. | <i>Modelos de Comunicados</i> | 300 |
| 5. | <i>Lista de atualizações do Plano</i> | 307 |
| 6. | <i>Lista de Exercícios do Plano</i> | 308 |
| 7. | <i>Lista de distribuição do Plano</i> | 309 |
| 8. | <i>Legislação</i> | 310 |
| 9. | <i>Bibliografia</i> | 314 |
| 10. | <i>Glossário</i> | 318 |
| 11. | <i>Anexos</i> | 322 |

Índice de Esquemas

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| ESQUEMA 1 – ESTRUTURA OPERACIONAL | 29 |
| ESQUEMA 2 – AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL EXISTENTES NO MUNICÍPIO..... | 38 |
| ESQUEMA 3 – ENTIDADES COM ESPECIAL DEVER DE COOPERAÇÃO NO MUNICÍPIO..... | 39 |
| ESQUEMA 4 – ESQUEMA DOS PROCEDIMENTOS DE COORDENAÇÃO PARA APOIO SOCIAL ÀS POPULAÇÕES | 71 |
| ESQUEMA 5 – ESQUEMA DOS PROCEDIMENTOS DE COORDENAÇÃO PARA APOIO PSICOLÓGICO ÀS POPULAÇÕES | 72 |
| ESQUEMA 6 – ROB NO TEATRO DE OPERAÇÕES..... | 77 |
| ESQUEMA 7 – ORGANOGRAMA DAS COMUNICAÇÕES | 78 |
| ESQUEMA 8 – ORGANIZAÇÃO INTERNA DAS COMUNICAÇÕES DO MUNICÍPIO | 79 |
| ESQUEMA 9 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (GESTÃO DE INFORMAÇÃO ÀS ENTIDADES INTERVENIENTES) | 82 |
| ESQUEMA 10 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (GESTÃO DE INFORMAÇÃO PÚBLICA) | 84 |
| ESQUEMA 11 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (EVACUAÇÃO)..... | 86 |
| ESQUEMA 12 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA) | 89 |
| ESQUEMA 13 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS)..... | 91 |
| ESQUEMA 14 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (SOCORRO E SALVAMENTO) | 95 |
| ESQUEMA 15 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (SERVIÇOS MORTUÁRIOS) | 98 |
| ESQUEMA 16 – ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ALERTA | 124 |
| ESQUEMA 17 – ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE AVISO | 125 |
| ESQUEMA 18 – SIGNIFICADO E ABRANGÊNCIA DA TERMINOLOGIA ASSOCIADA AOS MOVIMENTOS DE INSTABILIDADE GEOMORFOLÓGICA. ADAPTADO DE ZÊZERE, 1997 | 223 |

Índice de Figuras

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| FIGURA 1 – ESTRUTURA NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL..... | 104 |
| FIGURA 2 – ESTRUTURA DAS OPERAÇÕES DE PROTEÇÃO CIVIL..... | 107 |
| FIGURA 3 – SISTEMA DE GESTÃO DE OPERAÇÕES..... | 109 |
| FIGURA 4 – ZONAS DE INTERVENÇÃO | 114 |
| FIGURA 5 – ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | 127 |
| FIGURA 6 – LOCALIZAÇÃO DE ALFÂNDEGA DA FÉ NO CONTEXTO DA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO | 128 |
| FIGURA 7 – ELEMENTOS MORFOLÓGICOS FUNDAMENTAIS | 131 |
| FIGURA 8 – SEQUÊNCIA CONCEPTUAL E METODOLÓGICA DE AVALIAÇÃO DOS RISCOS (FONTE: JULIÃO ET AL, 2009) | 192 |
| FIGURA 9 – VALORES DE TEMPERATURA ASSOCIADOS A ONDAS DE CALOR NOS REGISTOS DA ESTAÇÃO DE FOLGARES | 196 |
| FIGURA 10 – VALE DA RIBEIRA DE GEBELIM | 214 |
| FIGURA 11 – PERSPETIVA INTEGRADA DAS SECAS (ADAPTADO DE PIMENTA E CRISTO, 1998) | 215 |
| FIGURA 12 – EXEMPLOS DE ALGUNS MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES INSERIDOS NO INVENTÁRIO DOS MOVIMENTOS DE ALFÂNDEGA DA FÉ..... | 228 |
| FIGURA 13 – MATRIZ DE RISCO – GRAU DE RISCO..... | 253 |

Índice de Gráficos

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| GRÁFICO 1 – GRÁFICO TERMO PLUVIOMÉTRICO DA ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DE FOLGARES, VILA FLOR (1960-1990), VALORES MÉDIOS E EXTREMOS DOS PARÂMETROS CLIMATOLÓGICOS | 129 |
| GRÁFICO 2 – USOS DO SOLO DE NÍVEL 1 NO CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ: PERCENTAGEM DA ÁREA TOTAL (FONTE: CLC, 1990/2000/2006 – IGP)..... | 139 |
| GRÁFICO 3 – VARIAÇÃO DOS USOS DO SOLO DE NÍVEL 1 NO CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ: TAXAS DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL (FONTE: CLC, 1990/2000/2006 – IGP) | 140 |
| GRÁFICO 4 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR FREGUESIA (2001 – 2011) (FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – INE, CENSOS 2001 E 2011) | 149 |
| GRÁFICO 5 – PROPORÇÃO DE ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS DE USO SAZONAL POR FREGUESIA, EM 2011 (FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA) | 150 |
| GRÁFICO 6 – DENSIDADE POPULACIONAL, POR FREGUESIA (2001 – 2011) (FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - INE (CENSOS 2001 E 2011); BGRI (2001 E 2011))..... | 151 |
| GRÁFICO 7 – TENDÊNCIA EVOLUTIVA DA POPULAÇÃO RESIDENTE (1864 – 2011) (FONTE: INE) | 153 |
| GRÁFICO 8 – VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO, POR FREGUESIA (2001 – 2011) | 154 |
| GRÁFICO 9 – PIRÂMIDE ETÁRIA DO CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ - 2001..... | 156 |
| GRÁFICO 10 – PIRÂMIDE ETÁRIA DO CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ - 2011..... | 156 |

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| GRÁFICO 11 – ÍNDICES DE DEPENDÊNCIA, POR FREGUESIA (2011) (FONTE: BGRI DE 2011)..... | 157 |
| GRÁFICO 12 – ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO, POR FREGUESIA (2011) (FONTE: BGRI DE 2011)..... | 158 |
| GRÁFICO 13 – TAXA DE ANALFABETISMO, POR FREGUESIA (2001-2011) (FONTE: INE, CENSOS 2001 E 2011) | 159 |
| GRÁFICO 14 – TAXA DE ATIVIDADE, POR FREGUESIA (2001-2011) (FONTE: INE, CENSOS 2001 E 2011) | 160 |
| GRÁFICO 15 – POPULAÇÃO ATIVA POR SECTORES DE ATIVIDADE (2011) (FONTE: CENSOS DE 2011) | 161 |
| GRÁFICO 16 – POPULAÇÃO ATIVA POR SECTORES DE ATIVIDADE, POR FREGUESIAS (2011) (FONTE: BGRI DE 2011)..... | 162 |
| GRÁFICO 17 – NÚMERO DE EMPRESAS EM ALFÂNDEGA DA FÉ, DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO DA CAE-REV.3 | 163 |
| GRÁFICO 18 – TAXAS DE DESEMPREGO, POR FREGUESIAS (2001-2011) (FONTE: INE, CENSOS 2001 E 2011) | 164 |
| GRÁFICO 19 – NÚCLEOS E ALOJAMENTOS FAMILIARES, POR FREGUESIA (2001) (FONTE: INE, CENSOS 1991 E 2001) | 165 |
| GRÁFICO 20 – EDIFÍCIOS SEGUNDO O Nº DE PAVIMENTOS (BGRI 2011)..... | 166 |
| GRÁFICO 21 – EDIFÍCIOS POR ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO, (BGRI DE 2011)..... | 166 |
| GRÁFICO 22 – TEMPERATURAS MÁXIMAS DIÁRIAS OBSERVADAS NA ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DE FOLGARES, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1981 E 1997 | 197 |
| GRÁFICO 23 – VARIAÇÃO MÉDIA MENSAL DA MORTALIDADE EM PORTUGAL CONTINENTAL (1941-2005) | 199 |
| GRÁFICO 24 – VARIAÇÃO DA PRECIPITAÇÃO MÉDIA ANUAL DA ESTAÇÃO DE FOLGARES..... | 218 |
| GRÁFICO 25 – TOTAL DE OCORRÊNCIAS E ÁREA ARDIDA (HA) ENTRE 2001 E 2014 NOS MUNICÍPIOS DO DISTRITO DE BRAGANÇA..... | 232 |
| GRÁFICO 26 – NÚMERO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS E CORRESPONDENTE ÁREA ARDIDA POR TIPO DE OCUPAÇÃO, ENTRE 2001 E 2014 | 233 |
| GRÁFICO 27 – NÚMERO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS E TOTAL DE ÁREA ARDIDA, ENTRE 2001 E 2014 | 233 |
| GRÁFICO 28 – NÚMERO DE INCÊNDIOS E ÁREA ARDIDA POR FREGUESIA, ENTRE 1996 E 2009 | 234 |
| GRÁFICO 29 – NÚMERO DE INCÊNDIOS EM HABITAÇÕES NO CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ ENTRE 2008 E 2010..... | 251 |
| GRÁFICO 30 – PERCENTAGEM DE POPULAÇÃO COM IDADE SUPERIOR A 65 ANOS E PERCENTAGEM DE EDIFÍCIOS COM IDADE SUPERIOR A 25 ANOS, POR FREGUESIA | 269 |
| GRÁFICO 31 – NÚMERO DE INCÊNDIOS EM HABITAÇÕES ENTRE 2008 E 2010 | 271 |

Índice de Mapas

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| MAPA 1 – ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO | 14 |
| MAPA 2 – LOCALIZAÇÃO DA ZCR E ZRR | 67 |
| MAPA 3 – LOCALIZAÇÃO DAS ZCAP..... | 73 |
| MAPA 4 – LOCALIZAÇÃO DE LOCAIS DE APOIO LOGÍSTICO | 87 |
| MAPA 5 – LOCALIZAÇÃO DE ZrM, NECPRO E LOCAIS DE SEPULTAMENTO DE EMERGÊNCIA | 99 |
| MAPA 6 – DISTRIBUIÇÃO DA PRECIPITAÇÃO TOTAL ANUAL NO CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ (1960-90; DAVEAU, 1988); ISOTÉRMICAS DE VERÃO E DE INVERNO NA REGIÃO DE TRÁS-OS-MONTES..... | 130 |
| MAPA 7 – MODELO DIGITAL DE ELEVAÇÃO..... | 132 |
| MAPA 8 – DECLIVES | 133 |
| MAPA 9 – EXPOSIÇÃO DE VERTENTES | 135 |
| MAPA 10 – REDE HIDROGRÁFICA | 137 |
| MAPA 11 – CARTA DE OCUPAÇÃO DO SOLO (1990) | 141 |
| MAPA 12 – CARTA DE OCUPAÇÃO DO SOLO (2006) | 142 |
| MAPA 13 – CARTA GEOLÓGICA | 145 |
| MAPA 14 – EXTRATO DA CARTA DA NEOTECTÓNICA DE PORTUGAL (FONTE: RIBEIRO E CABRAL, 1988) | 146 |
| MAPA 15 – LOCALIZAÇÃO DO CONCELHO NA CARTA DE ISSOISTAS DE PORTUGAL CONTINENTAL (FONTE: APA)..... | 147 |
| MAPA 16 – DENSIDADE POPULACIONAL, POR FREGUESIA..... | 152 |
| MAPA 17 – NÚMERO DE EDIFÍCIOS EM RUÍNA POR FREGUESIA (FONTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ) | 168 |
| MAPA 18 – INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS | 170 |
| MAPA 19 – DISTRIBUIÇÃO DO EDIFICADO NO CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | 171 |
| MAPA 20 – INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (2008)..... | 173 |
| MAPA 21 – REDE DE PONTOS DE ÁGUA | 174 |
| MAPA 22 – DISTRIBUIÇÃO DE BOCA-DE-INCÊNDIO | 175 |
| MAPA 23 – INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS (2010) E RECOLHA DE RESÍDUOS (CMAF) | 177 |
| MAPA 24 – REDE ELÉTRICA..... | 178 |
| MAPA 25 – ANTENAS DE OPERADORAS DE SERVIÇOS MÓVEIS..... | 180 |
| MAPA 26 – LOCALIZAÇÃO DOS POSTOS DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL | 182 |

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| MAPA 27 – CENTRO DE SAÚDE E EQUIPAMENTOS SOCIAIS | 183 |
| MAPA 28 – ESTABELECIMENTOS DE ENSINO E EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS..... | 184 |
| MAPA 29 – INSTALAÇÕES DOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL..... | 185 |
| MAPA 30 – LOCALIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES HOTELEIRAS E SIMILARES..... | 186 |
| MAPA 31 – LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS INDUSTRIAIS | 187 |
| MAPA 32 – REDE DE INFRAESTRUTURAS BÁSICAS | 188 |
| MAPA 33 – LANÇOS DAS RODOVIAS SUSCETÍVEIS À QUEDA DE NEVE NO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ (VISÃO GLOBAL) | 203 |
| MAPA 34 – LANÇOS DAS RODOVIAS SUSCETÍVEIS À QUEDA DE NEVE, SEGUNDO FAIXAS DE ALTITUDE | 204 |
| MAPA 35 – NÚMERO MÉDIO DE DIAS EM QUE PODE OCORRER GEADA NO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ (FONTE: ATLAS DIGITAL DO AMBIENTE, APA) | 207 |
| MAPA 36 – DURAÇÃO MÉDIA DE GEADA, NA ÉPOCA AGRÍCOLA (FONTE: ATLAS DIGITAL DO AMBIENTE, APA) | 208 |
| MAPA 37 – SUSCETIBILIDADE À OCORRÊNCIA DE GEADAS..... | 210 |
| MAPA 38 – LANÇOS DE ESTRADA SUSCETÍVEIS À OCORRÊNCIA DE GEADAS, CONSIDERANDO A ORIENTAÇÃO DAS VERTENTES | 211 |
| MAPA 39 – ISOSSISTAS DE INTENSIDADE MÁXIMA PARA PORTUGAL CONTINENTAL E SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA PARA ALFÂNDEGA DA FÉ | 220 |
| MAPA 40 – SISMICIDADE HISTÓRICA E INSTRUMENTAL NA ÁREA TRANSMONTANA | 221 |
| MAPA 41 – SISMICIDADE HISTÓRICA E INSTRUMENTAL NA ÁREA TRANSMONTANA | 222 |
| MAPA 42 – LOCALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES INVENTARIADOS..... | 227 |
| MAPA 43 – SUSCETIBILIDADE À OCORRÊNCIA DE MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES..... | 229 |
| MAPA 44 – ÁREAS ARDIDAS EM PORTUGAL ENTRE 1990 E 2013 | 231 |
| MAPA 45 – ÁREAS ARDIDAS ENTRE 1991 E 2014..... | 237 |
| MAPA 46 – PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA DE INCÊNDIOS FLORESTAIS..... | 238 |
| MAPA 47 – SUSCETIBILIDADE À OCORRÊNCIA DE INCÊNDIOS FLORESTAIS..... | 239 |
| MAPA 48 – PERIGOSIDADE À OCORRÊNCIA DE INCÊNDIOS FLORESTAIS | 240 |
| MAPA 49 – CARTA DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL | 241 |
| MAPA 50 – LOCALIZAÇÃO DOS ACIDENTES RODOVIÁRIOS (GEORREFERENCIADOS) OCORRIDOS ENTRE 2004 E 2008 (FONTE: ANRS)..... | 243 |
| MAPA 51 – REDE HIDROGRÁFICA E ALBUFEIRAS..... | 247 |
| MAPA 52 – DISTRIBUIÇÃO DAS PONTES NO CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ..... | 248 |
| MAPA 53 – POSTOS DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS | 250 |
| MAPA 54 – ÁREAS SUSCETÍVEIS À OCORRÊNCIA DE NEVÕES E FORMAÇÃO DE GELO NAS ESTRADAS..... | 257 |
| MAPA 55 – LOCALIZAÇÃO DO RISCO DE GEADA/FORMAÇÃO DE GELO NAS RODOVIAS..... | 259 |
| MAPA 56 – SUSCETIBILIDADE A MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTE..... | 263 |
| MAPA 57 – OPERACIONALIDADE E CONSTRANGIMENTOS – INCÊNDIOS FLORESTAIS | 265 |
| MAPA 58 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA VULNERABILIDADE A INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS À SUBSECÇÃO..... | 270 |

Índice de Tabelas

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| TABELA 1 – HISTÓRICO DE EXERCÍCIOS EFETUADOS..... | 17 |
| TABELA 2 – INTERLIGAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL COM O PMEPCAF..... | 18 |
| TABELA 3 – PONTOS DE CONVERGÊNCIA ENTRE OS INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO E PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO COM O PMEPCAF..... | 18 |
| TABELA 4 – MEIOS DE PUBLICITAÇÃO DA ATIVAÇÃO DO PLANO | 20 |
| TABELA 5 – MATRIZ DE RISCO – ATIVAÇÃO DO PLANO | 21 |
| TABELA 6 – CALENDARIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS | 24 |
| TABELA 7 – ORGANIZAÇÃO DA PROTEÇÃO CIVIL NO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | 28 |
| TABELA 8 – AÇÕES A DESENVOLVER – FASE DE EMERGÊNCIA | 30 |
| TABELA 9 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE EMERGÊNCIA FACE À TIPOLOGIA DE RISCO NATURAL | 31 |
| TABELA 10 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE EMERGÊNCIA FACE À TIPOLOGIA DE RISCO TECNOLÓGICO. | 32 |
| TABELA 11 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE EMERGÊNCIA FACE À TIPOLOGIA DE RISCO MISTO | 33 |
| TABELA 12 – AÇÕES A DESENVOLVER – FASE DE REABILITAÇÃO | 34 |
| TABELA 13 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE REABILITAÇÃO FACE À TIPOLOGIA DE RISCO NATURAL..... | 35 |
| TABELA 14 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE REABILITAÇÃO FACE À TIPOLOGIA DE RISCO TECNOLÓGICO | 36 |
| TABELA 15 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE REABILITAÇÃO FACE À TIPOLOGIA DE RISCO MISTO..... | 37 |
| TABELA 16 – AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL..... | 37 |

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| TABELA 17 – ORGANISMOS E ENTIDADES COM ESPECIAL DEVER DE COOPERAÇÃO..... | 38 |
| TABELA 18 – TAREFAS PARA CADA AGENTE DE PROTEÇÃO CIVIL NA FASE DE EMERGÊNCIA..... | 43 |
| TABELA 19 – TAREFAS PARA CADA AGENTE DE PROTEÇÃO CIVIL NA FASE DE REABILITAÇÃO | 46 |
| TABELA 20 – TAREFAS PARA CADA ORGANISMO OU ENTIDADE DE APOIO NA FASE DE EMERGÊNCIA | 52 |
| TABELA 21 – TAREFAS PARA CADA ORGANISMO OU ENTIDADE DE APOIO NA FASE DE REABILITAÇÃO | 58 |
| TABELA 22 – MISSÃO DAS ESTRUTURAS AUTÁRQUICAS NA FASE DE EMERGÊNCIA | 59 |
| TABELA 23 – MISSÃO DAS ESTRUTURAS AUTÁRQUICAS NA FASE DE REABILITAÇÃO..... | 60 |
| TABELA 24 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS..... | 62 |
| TABELA 25 – RESPONSABILIDADES ADMINISTRATIVAS | 63 |
| TABELA 26 – TIPOLOGIA DE MATERIAL LOGÍSTICO | 64 |
| TABELA 27 – NECESSIDADES LOGÍSTICAS NO APOIO ÀS FORÇAS DE INTERVENÇÃO..... | 65 |
| TABELA 28 – PRIORIDADES DE AÇÃO NAS OPERAÇÕES DE LOGÍSTICA ÀS OPERAÇÕES..... | 69 |
| TABELA 29 – NECESSIDADES LOGÍSTICAS NO APOIO ÀS POPULAÇÕES | 71 |
| TABELA 30 – PRIORIDADES DE AÇÃO NAS OPERAÇÕES DE LOGÍSTICA | 75 |
| TABELA 31 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DAS COMUNICAÇÕES..... | 76 |
| TABELA 32 – REDE OPERACIONAL DE BOMBEIROS..... | 76 |
| TABELA 33 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO..... | 81 |
| TABELA 34 – RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS NO QUE CONCERNE A INFORMAÇÃO A SER DIFUNDIDA A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS QUE COLABORAM COM AS AÇÕES DE SOCORRO E REABILITAÇÃO..... | 82 |
| TABELA 35 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO, PRIORIDADES DE AÇÃO E PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO NA GESTÃO DA INFORMAÇÃO PÚBLICA | 83 |
| TABELA 36 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO..... | 85 |
| TABELA 37 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA | 89 |
| TABELA 38 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO NOS SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS . | 90 |
| TABELA 39 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO NO SOCORRO E SALVAMENTO | 93 |
| TABELA 40 – MARCHA GERAL DAS OPERAÇÕES | 94 |
| TABELA 41 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO NOS SERVIÇOS MORTUÁRIOS | 96 |
| TABELA 42 – ZONA DE REUNIÃO DE MORTOS, NECROTÉRIO PROVISÓRIO E LOCAIS DE SEPULTAMENTO DE EMERGÊNCIA | 100 |
| TABELA 43 – OBJETIVOS E DOMÍNIOS DE ATUAÇÃO DA PROTEÇÃO CIVIL..... | 102 |
| TABELA 44 – PRINCÍPIOS ESPECIAIS APLICÁVEIS ÀS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO CIVIL..... | 103 |
| TABELA 45 – DIREÇÃO POLÍTICA | 104 |
| TABELA 46 – COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL | 105 |
| TABELA 47 – COMPETÊNCIAS DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE PROTEÇÃO CIVIL | 107 |
| TABELA 48 – COMANDANTE DAS OPERAÇÕES DE SOCORRO..... | 112 |
| TABELA 49 – ADJUNTOS DO COS..... | 112 |
| TABELA 50 – CÉLULAS DO SISTEMA DE GESTÃO DAS OPERAÇÕES..... | 113 |
| TABELA 51 – RESPONSÁVEIS DAS ESTRUTURAS NA CÉLULA DE COMBATE..... | 114 |
| TABELA 52 – COMPETÊNCIAS DO COMANDANTE OPERACIONAL MUNICIPAL..... | 115 |
| TABELA 53 – COMPETÊNCIAS DE COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL DA CMPC | 116 |
| TABELA 54 – COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL | 117 |
| TABELA 55 – DEFINIÇÃO DE ACIDENTE GRAVE E CATÁSTROFE | 117 |
| TABELA 56 – COMPETÊNCIAS, PRESSUPOSTOS E PROCEDIMENTOS DA DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DE ALERTA | 118 |
| TABELA 57 – AVISOS EMITIDOS PELO INSTITUTO PORTUGUÊS DO MAR E DA ATMOSFERA..... | 120 |
| TABELA 58 – CRITÉRIOS DE EMISSÃO DE AVISOS, PARA VENTOS, PRECIPITAÇÃO, NEVE, TROVOADA, NEVOEIRO, TEMPO QUENTE, TEMPO FRIO E AGITAÇÃO MARÍTIMA | 121 |
| TABELA 59 – CRITÉRIOS DE EMISSÃO DE AVISOS PARA AS TEMPERATURAS MÍNIMAS E MÁXIMAS..... | 121 |
| TABELA 60 – NÍVEIS DE ALERTA E RESPECTIVO GRAU DE PRONTIDÃO E MOBILIZAÇÃO | 123 |
| TABELA 61 – USO DO SOLO (NÍVEL 1) NO CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ (FONTE: CLC, 1990/2000/2006 – IGP) ... | 138 |
| TABELA 62 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA ETÁRIA (2001 – 2011) | 155 |
| TABELA 63 – COBERTURA DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DOMICILIÁRIA DE ÁGUA (2002)..... | 172 |
| TABELA 64 – TAXAS DE COBERTURA DA POPULAÇÃO SERVIDA PELAS INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS..... | 176 |
| TABELA 65 – CONCEITOS ADAPTADOS NA ELABORAÇÃO DOS PME (ADAPTADO DE JULIÃO ET AL, 2009) | 192 |
| TABELA 66 – PERIGOS PASSÍVEIS DE AFETAREM O MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | 193 |
| TABELA 67 – LIMIARES DE ONDAS DE CALOR ADOTADOS PARA OS VÁRIOS DISTRITOS DO PAÍS..... | 194 |
| TABELA 68 – VALORES <i>WIND CHILL</i> E GRAUS DE SEVERIDADE ASSOCIADOS (FONTE: IPMA)..... | 198 |

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| TABELA 69 – VALORES DE TEMPERATURA ASSOCIADOS A VAGAS DE FRIO NOS REGISTOS DA ESTAÇÃO DE FOLGARES | 200 |
| TABELA 70 – NOTÍCIAS DE JORNAL REFERENTES A NEVÕES IMPORTANTES OCORRIDO NO DISTRITO DE BRAGANÇA | 202 |
| TABELA 71 – ESTRADAS E POVOAÇÕES AFETADAS PELA QUEDA DE NEVE CONSIDERANDO FAIXAS DE ALTITUDE DA SUA OCORRÊNCIA..... | 205 |
| TABELA 72 – AFETAÇÃO NA REDE VIÁRIA | 209 |
| TABELA 73 – OCORRÊNCIAS DE CHEIAS RÁPIDAS MOTIVADAS POR TROMBAS DE ÁGUA NA ÁREA DE TRÁS-OS-MONTES | 213 |
| TABELA 74 – VALORES DE PRECIPITAÇÃO MENSAL DA ESTAÇÃO DE FOLGARES, DESTACANDO-SE OS ANOS DE SECA POTENCIAL | 217 |
| TABELA 75 – NÚMERO DE INCÊNDIOS E ÁREA ARDIDA NOS PAÍSES DO SUL DA EUROPA | 230 |
| TABELA 76 – ACIDENTES COM MORTOS E/OU FERIDOS GRAVES | 242 |
| TABELA 77 – ACIDENTES E VÍTIMAS – ALFÂNDEGA DA FÉ | 243 |
| TABELA 78 – RELATÓRIOS DE ACIDENTES POR DISTRITO..... | 245 |
| TABELA 79 – DADOS SOBRE AS BARRAGENS DO MUNICÍPIO..... | 246 |
| TABELA 80 – GRAU DE PROBABILIDADE | 252 |
| TABELA 81 – GRAU DE GRAVIDADE | 253 |
| TABELA 82 – MATRIZ DE RISCO PARA O TERRITÓRIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ..... | 254 |
| TABELA 83 – MEDIDAS GERAIS DE MITIGAÇÃO | 273 |
| TABELA 84 – MEDIDAS ESPECÍFICAS POR TIPOLOGIA DE RISCO DE MITIGAÇÃO | 276 |

Parte I – Enquadramento Geral do Plano

1. Introdução

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Alfândega da Fé (adiante designado abreviadamente por PMEPCAF) é um documento formal que define o modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Proteção Civil a nível municipal. Permite antecipar cenários suscetíveis e espectáveis de desencadear um acidente grave ou catástrofe, definindo a estrutura organizacional e os procedimentos para a preparação e aumento da capacidade de resposta à emergência.

O PMEPCAF é um plano de âmbito geral, elaborado para enfrentar a generalidade das situações de emergência que se admitem para o âmbito territorial e administrativo do município de Alfândega da Fé.

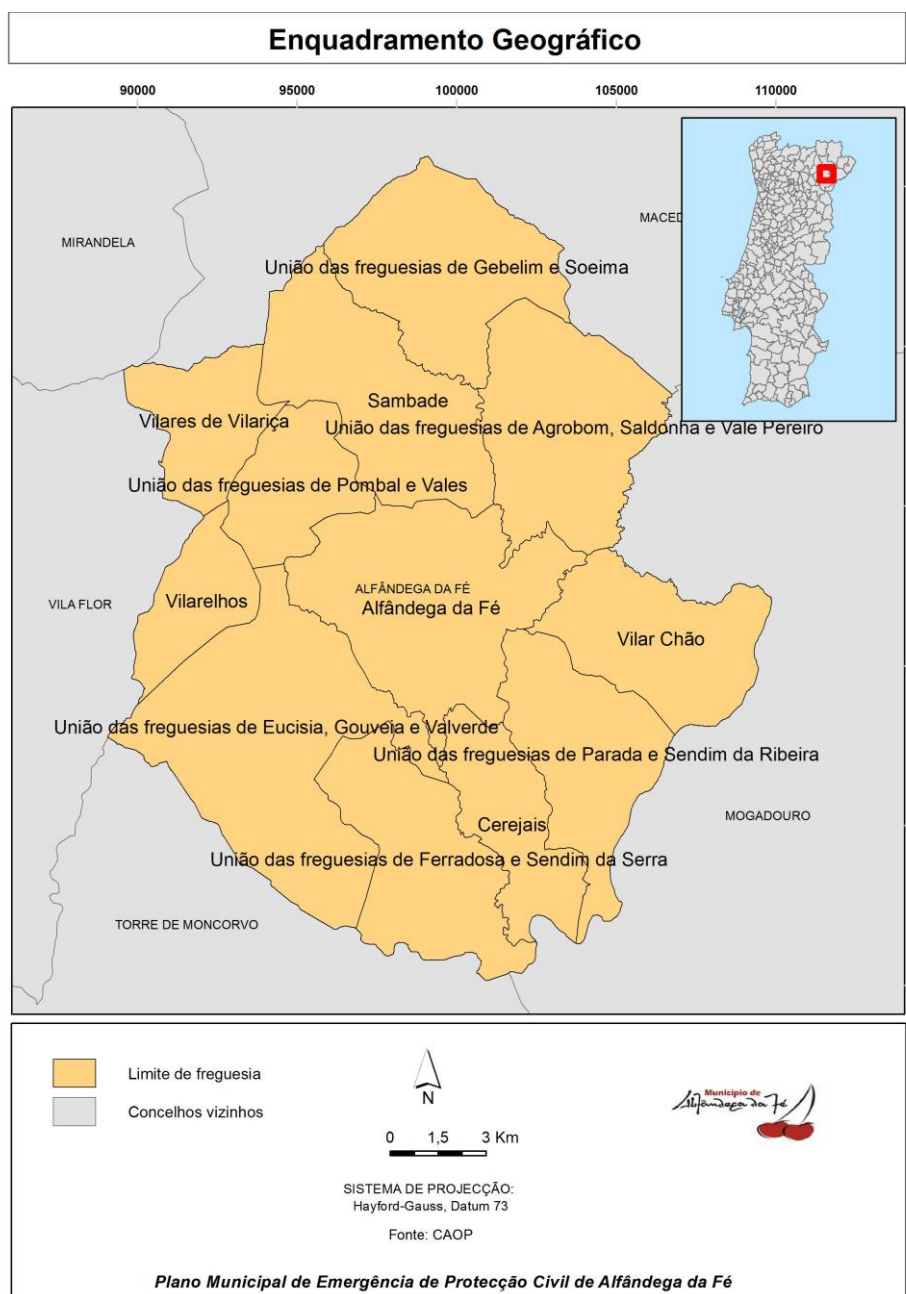
Este deverá ser revisto, segundo a Resolução 25/2008 de 18 de Julho, no mínimo uma vez em cada dois anos, ou no caso de existirem alterações pertinentes resultantes dos exercícios utilizados para verificar a operacionalidade dos meios envolvidos no âmbito do plano, ou de situações reais onde se verifique a necessidade de alterações no mesmo.

O Município está sujeito a uma multiplicidade de riscos naturais, tecnológicos ou mistos que se podem manifestar a qualquer altura, no entanto aquele, que pelas características do município, ou até mesmo pela sua historicidade, é destacado o risco de Incêndio Florestal.

A diretora do PMEPCAF é a Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, Berta Ferreira Milheiro Nunes ou na sua ausência, o seu substituto legal, o vice-presidente da Câmara Municipal, Eduardo Manuel Dobrões Tavares.

2. Âmbito de aplicação

Sendo o PMEPCAF um plano de âmbito municipal, este aplica-se à totalidade da área territorial do Município de Alfândega da Fé, ou seja, uma área total de 321,9 km², correspondendo às suas 12 freguesias (Alfândega da Fé, Cerejais, Sambade, União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro, União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde, União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra, União das freguesias de Gebelim e Soeima, União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira, União das freguesias de Pombal e Vales, Vilar Chão, Vilarelos e Vilares de Vilariça). Alfândega da Fé é um dos concelhos do distrito de Bragança e um dos 15 municípios pertencentes à NUT III Alto Trás-os-Montes.



Mapa 1 – Enquadramento geográfico

O PMEPCAF tem como objetivo fazer face a todas as situações recorrentes da manifestação dos riscos **Naturais** (Geadas; Nevões; Ondas de Calor; Vagas de Frio; Secas; Cheias e Inundações rápidas; Cheias e Inundações Progressivas; Sismos; Movimentos de Massa em Vertentes); **Tecnológicos** (Acidentes Rodoviários; Acidentes no Transporte Terrestre de Mercadorias Perigosas; Colapso de Túneis, Pontes e outras Infraestruturas; Cheias e Inundações por Rutura de Barragens; Acidentes em Instalações de Combustíveis, Óleos e Lubrificantes; Incêndios em Centros Históricos e em Edifícios de Elevada Concentração Populacional) ou **Mistos** (Incêndios Florestais).

3. Objetivos gerais

Os objetivos gerais a que o PMEPCAF se propõe são:

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Proteção Civil;
- Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- Inventariar os meios e recursos disponíveis a recorrer em caso de acidente grave ou catástrofe;
- Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer, o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;
- Assegurar a criação das condições favoráveis ao empenho rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;
- Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.

4. Enquadramento Legal

Legislação Estruturante

- Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro – Enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, organização dos serviços municipais de proteção civil e competências do comandante operacional municipal;
- Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de Julho – Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 114/2011, de 30 de Novembro, pelo Decreto-Lei 72/2013, de 31 de Maio e pelo Despacho n.º 3551/2015;
- Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho – Lei de Bases de Proteção Civil, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica 1/2011.

Legislação Específica

- Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil nº 25/2008, de 18 de Julho – Critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil.

5. Antecedentes do Processo de Planeamento

Existiu uma primeira versão do Plano Municipal de Emergência (PME), de 1999. Após emissão de parecer da CMPC em 06 de Outubro de 2011, procedeu-se à primeira revisão do PMEPC de Alfândega da Fé. Esteve em Consulta Pública a partir do dia 31 de Outubro de 2011 pelo período de 30 dias.

Decorrido o período de consulta pública a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé deliberou a aprovação do PMEPC de Alfândega da Fé em reunião realizada no dia 29 de Fevereiro de 2012.

Em 27 de Abril de 2015, a Comissão Municipal de Proteção Civil veio a dar parecer favorável à segunda revisão do PMEPC.

Realizado o processo de consulta pública entre 28 de Abril e 29 de Maio de 2015, não foram apresentadas quaisquer sugestões ou reclamações.

Até à presente data, não estão referenciadas quaisquer ativações ou testes ao Plano. No território do município, existem apenas exercícios no âmbito dos Planos Internos de Emergência dos equipamentos educativos do município (Tabela 1 – Histórico de exercícios efetuados).

| Histórico de exercícios | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|
| | 12 de Maio de 2000 |
| | 29 de Março de 2001 |
| | 22 de Fevereiro 2002 |
| | 12 de Dezembro de 2006 |
| Simulacro de Incêndio / Evacuação / Socorro Local: Escola EB 2,3/S Alfândega da Fé | 12 de Março de 2008 |
| | 16 de Outubro de 2008 |
| | 23 de Março de 2009 |
| | 5 de Março de 2010 |
| | 1 de Março de 2011 |
| | 1 de Março de 2013 |
| | 17 de Março de 2015 |
| Sessão teórico-prática sobre manuseamento de extintores Local: Escola EB 2,3/S Alfândega da Fé | 18 de Fevereiro de 2009 |
| Simulacro de Sinistro Local: Escola EB 2,3/S Alfândega da Fé | 23 de Março de 2009 |

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|
| Sessão teórico-prática sobre manuseamento de extintores Local: Câmara Municipal de Alfândega da Fé | 7 de Junho de 2010 |
| Sessão teórico-prática sobre manuseamento de extintores Local: Escola EB 1 de Alfândega da Fé | 11 de Abril de 2011 |
| Simulacro de Incêndio / Evacuação / Socorro Local: Escola EB 1 de Alfândega da Fé | 1 de Março de 2011 1 de Março de 2012 16 de Março de 2015 |

Tabela 1 – Histórico de exercícios efetuados

Na escola EB 2,3/S tem sido feito anualmente sessões teórico-práticas de manuseamento de extintores, mas não temos registo delas.

6. Articulação com instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território

O planeamento e ordenamento do território revestem-se de vital importância no que diz respeito à minimização dos efeitos nefastos que podem ocorrer devido à manifestação dos riscos existentes no município de Alfândega da Fé. Um uso cuidado e correto do solo, aliado à diminuição da vulnerabilidade, ou seja minimização da exposição de pessoas e bens, poderá potenciar o sucesso das políticas de proteção civil. Neste contexto, na tabela seguinte encontra-se a interligação entre alguns dos instrumentos de planeamento e ordenamento do território que contribuem para a prossecução dos objetivos do PMEPCAF.

| Nível | Designação do Instrumento | Contributo para o PMEPCAF | |
|------------------|---------------------------|------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------|
| Âmbito Nacional | PNPOT | Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território | |
| | ENDS | Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável | |
| | PNA | Plano Nacional da Água | |
| | PNDFCI | Plano Nacional da Defesa da Floresta Contra Incêndios | |
| | PNAAS | Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde | |
| | Planos Setoriais | PNPR | Plano Nacional de Prevenção Rodoviária |
| | ENF | Estratégia Nacional para a Floresta | |
| | PROFD | Plano Regional de Ordenamento Florestal do Douro | |
| | PBHD | Plano da Bacia Hidrográfica do Douro | |
| | Âmbito Regional | PROTN | Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte |
| Planos Setoriais | | POAAP | Plano de Ordenamento do Território da Albufeira da Régua e Carrapateiro |

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

| | | | | |
|--------------------------------------------------|------------------|----------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|
| | | Plano de Ordenamento do Território da Albufeira da Valeira e Pocinho | | |
| | | PIMOT | Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro | |
| Âmbito Municipal | | PDM | Plano Diretor Municipal | Planta de Condicionantes |
| | Planos Setoriais | PMDFCI | Plano Municipal de Defesa da Florestas contra Incêndios | Carta de Risco de Incêndio |
| Instrumentos de planeamento de emergência | | PDEPC | Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil | (em revisão) |
| | | PMEPC Adjacentes | Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil dos Municípios adjacentes (Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Macedo de Cavaleiros e Mirandela) | (em execução) |

Tabela 2 – Interligação dos Instrumentos de Gestão Territorial com o PMEPCAF

A interligação com o Plano Distrital de Emergência de Proteção civil de Bragança (atualmente em revisão) encontra-se descrita na tabela anterior e é efetuada ao longo deste documento.

A tabela seguinte descreve os pontos de convergência entre PMEPCAF e os instrumentos de planeamento e ordenamento do território.

| Instrumentos de Planeamento e ordenamento do Território | PNPOT | ENDS | PNA | PNDFCI | PNAAS | PNPR | ENF | PROFD | PBHD | PROTN | POAAP | PIMOT | PDM | PMDFCI | PEDPC | PMEPC Adjacentes |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|------|-----|--------|-------|------|-----|-------|------|-------|-------|-------|-----|--------|-------|------------------|
| | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tipificação dos riscos | X | X | X | X | X | | | | X | X | X | X | X | X | X | X |
| Medidas de prevenção a adotar | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| Identificação dos meios e recursos mobilizáveis, em situação de acidente grave ou catástrofe | | | | X | | X | | | | | | | | X | X | X |
| Definição das responsabilidades que incumbem aos organismos, serviços e estruturas, públicas ou privadas, com competências no domínio da proteção civil municipal | X | | X | X | | | | X | X | X | | | | X | X | X |
| Crítérios de mobilização e mecanismos de coordenação dos meios e recursos, públicos ou privados utilizáveis | | | | X | | | | | | | | | | X | X | X |
| Estrutura operacional que vai garantir à unidade de direção e o controlo permanente da situação | X | | | X | | | | | | | | | | X | X | X |

Tabela 3 – Pontos de convergência entre os instrumentos de ordenamento e planeamento do território com o PMEPCAF

A informação relativa à identificação de riscos e vulnerabilidades que foi considerada válida para o plano foi a carta da reserva ecológica nacional e os perímetros urbanos na carta de ordenamento do PDM. Prevê-se que o PDM contenha informação referente às áreas de relevância operacional bem como às áreas de risco consideradas no PMEPC.

7. Ativação do Plano

7.1. Competências para a ativação do Plano

Nos termos do nº2 do artigo 40, concatenado com o nº2 do artigo 38, da Lei de Bases da Proteção Civil (Lei nº27/2006, de 3 de Julho), e tal como disposto no nº3 do artigo 3º da Lei nº65/2007, de 12 de Novembro, compete exclusivamente à Comissão Municipal de Proteção Civil do Município de Alfândega da Fé a ativação/desativação do PMEPCAF.

A ativação do PMEPCAF pode ser, dependendo da complexidade da situação, deliberada com a presença do diretor do plano ou pelo seu substituto legal e contar com a presença de pelo menos mais 2 (dois) elementos, no entanto, deverá logo que possível, ser ratificada *a posteriori* pelo plenário da CMPC. A publicitação da ativação do PMEPCAF será levada a cabo, atendendo à extensão territorial da emergência e da sua gravidade, devendo ser sempre alargada aos municípios vizinhos e CDOS respetivo. Nesse sentido os meios a utilizar serão:

| Meios de Publicitação da Ativação do Plano | | |
|--------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Órgãos de Comunicação Social</p> | <p>Órgãos de Comunicação Social, do âmbito territorial considerado mais apropriado.</p> | <p>Jornais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mensageiro de Bragança • Jornal do Nordeste • Jornal Terra Quente • O Comércio de Macedo • Negócios de Valpaços <p>Rádios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rádio Torre de Moncorvo • Rádio Ansiães • Rádio Onda Livre • Rádio Terra Quente • Rádio São João da Pesqueira • Rádio Lamego – Voz do Douro • Rádio FM Alfândega <p>Televisão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Porto Canal • Localvisão |

| | | |
|-------------------|-----------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|
| Sítio da internet | Página de Internet da Câmara Municipal de Alfândega da Fé | http://www.cm-alfandegadafe.pt/ |
| Editais | Editais afixados em locais próprios para o efeito. | |

Tabela 4 – Meios de Publicitação da ativação do Plano

A desmobilização operacional dos agentes de Proteção Civil envolvidos nas operações dependerá essencialmente do entendimento do Comandante das Operações de Socorro; no entanto deverá partir de um entendimento entre este, o Diretor do Plano, o Comandante Operacional Municipal e o Serviço Municipal de Proteção Civil de Alfândega da Fé, bem como a desativação do PMEPCAF. A publicitação da sua desativação será efetuada da mesma forma que a sua ativação.

7.2. Critérios para a ativação do Plano

Os critérios para a ativação dos Planos de Emergência têm em conta a natureza das emergências, quer estas resultem em acidentes graves ou catástrofes, contudo a sua gravidade e a extensão dos seus efeitos previsíveis, bem como os resultados da sua mitigação resultante da sua ativação deverão ser tomados em conta. Os pressupostos utilizados para a ativação do PMEPCAF, constituem uma base de critérios coerentes e perfeitamente adaptados à realidade do município, assistindo assim o processo de tomada de decisão da ativação / desativação do plano, contudo a ativação será sempre levada a cabo em função da decisão da Comissão Municipal de Proteção Civil.

Os critérios a serem tomados em conta serão:

- Em primeira instância este deverá ser **ativado** sempre que se declare a **situação de alerta** ao nível da parcela territorial do município a que o plano diz respeito. Concorrendo para o cumprimento do estabelecido no ponto 1 do artigo 15º da Lei nº27/2006, de 3 de Julho.
- Será também **ativado** ou **não**, consoante o grau de risco existente, contemplado pela declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil nº 97/2007, de 16 de Maio. O resultado do grau de risco é obtido através da matriz de risco, onde são interpolados o respetivo grau de gravidade e o grau de probabilidade.

O grau de gravidade é tipificado pela escala de intensidade das consequências negativas das ocorrências. O grau de probabilidade é tipificado na seguinte tabela de probabilidade / frequência de consequências negativas da ocorrência.

A relação entre a gravidade das consequências negativas e a probabilidade de ocorrências reflete na generalidade, o grau de risco, sendo o plano passível de ser ativado através dos seguintes pressupostos:

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

| PROBABILIDADE / FREQUÊNCIA | | Matriz de Risco | | |
|----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | GRAVIDADE / INTENSIDADE | | |
| | | MODERADA | ACENTUADA | CRITICA |
| | | Tratamento médico necessário, mas sem vítimas mortais. Algumas hospitalizações. Retirada de pessoas por um período de 24 horas. Algum pessoal técnico necessário. Alguns danos. Alguma disrupção na comunidade (menos de 24 horas). Pequeno impacto no ambiente, sem efeitos duradouros. Alguma perda financeira. | Número elevado de feridos e de hospitalizações. Número elevado de retirada de pessoas por um período superior a 24 horas. Vítimas mortais. Recursos externos exigidos para suporte ao pessoal de apoio. Danos significativos que exigem recursos externos. Funcionamento parcial da comunidade com alguns serviços indisponíveis. Alguns impactos na comunidade com efeitos a longo prazo. Perda financeira significativa e assistência financeira necessária. | Situação crítica. Grande número de feridos e de hospitalizações. Retirada em grande escala de pessoas por uma longa duração. Significativo número de vítimas mortais. Pessoal de apoio e reforço necessário. A comunidade deixa de conseguir funcionar sem suporte significativo. Impacto ambiental significativo e/ou danos permanentes. |
| CONFIRMADA | Ocorrência real verificada. | ELEVADO – Ativação | EXTREMO – Ativação | EXTREMO – Ativação |
| ELEVADA | É expectável que ocorra em quase todas as circunstâncias; e/ou nível elevado de incidentes registados; e/ou fortes evidências; e/ou forte probabilidade de ocorrência do evento; e/ou fortes razões para ocorrer; Pode ocorrer uma vez por ano ou mais. | ELEVADO – Ativação | EXTREMO – Ativação | EXTREMO – Ativação |
| MÉDIA - ALTA | Irá provavelmente ocorrer em quase todas as circunstâncias; e/ou registos regulares de incidentes e razões fortes para ocorrer; Pode ocorrer uma vez em cada 5 anos. | MODERADO – Declaração de Situação de Alerta | ELEVADO – Ativação | ELEVADO – Ativação |
| MÉDIA | Não é provável que ocorra; Não há registos ou razões que levem a estimar que ocorram; pode ocorrer uma vez em cada 100 anos. | BAIXO – Não ativação | MODERADO – Não ativação | MODERADO – Não ativação |

Tabela 5 – Matriz de Risco – Ativação do Plano

São critérios para ativação do plano:

- a) Para uma probabilidade de ocorrência de acidente grave ou catástrofe confirmada ou elevada com a seguinte gravidade:
 - a. Tratamento médico necessário, mas sem vítimas mortais. Algumas hospitalizações. Retirada de pessoas por um período de 24 horas. Algum pessoal técnico necessário. Alguns danos. Alguma interrupção na comunidade (menos de 24 horas). Pequeno impacto no ambiente, sem efeitos duradouros. Alguma perda financeira.
 - b. Número elevado de feridos e de hospitalizações. Número elevado de retirada de pessoas por um período superior a 24 horas. Vítimas mortais. Recursos externos exigidos para suporte ao pessoal de apoio. Danos significativos que exigem recursos externos. Funcionamento parcial da comunidade com alguns serviços indisponíveis. Alguns impactos na comunidade com efeitos a longo prazo. Perda financeira significativa e assistência financeira necessária.
 - c. Grande número de feridos e de hospitalizações. Retirada em grande escala de pessoas por uma longa duração. Significativo número de vítimas mortais. Pessoal de apoio e reforço necessário. A comunidade deixa de conseguir funcionar sem suporte significativo. Impacto ambiental significativo e/ou danos permanentes.
- b) Para uma probabilidade de ocorrência de acidente grave ou catástrofe média – alta com a seguinte gravidade:
 - a. Número elevado de feridos e de hospitalizações. Número elevado de retirada de pessoas por um período superior a 24 horas. Vítimas mortais. Recursos externos exigidos para suporte ao pessoal de apoio. Danos significativos que exigem recursos externos. Funcionamento parcial da comunidade com alguns serviços indisponíveis. Alguns impactos na comunidade com efeitos a longo prazo. Perda financeira significativa e assistência financeira necessária.
 - b. Situação crítica. Grande número de feridos e de hospitalizações. Retirada em grande escala de pessoas por uma longa duração. Significativo número de vítimas mortais. Pessoal de apoio e reforço necessário. A comunidade deixa de conseguir funcionar sem suporte significativo. Impacto ambiental significativo e/ou danos permanentes.

São também critérios para ativação do plano:

- a) Incêndio florestal cuja área exceda os **1000 ha** e/ou decorra mais de **72h** seguidas sem que tenha passado à fase de rescaldo;
- b) Iminência ou ocorrência de outros fenómenos, que não os mencionados anteriormente e que sejam suscetíveis de fomentar a ativação do plano;

Assim que as condições de segurança estiverem garantidas para a população e restabelecidas as condições mínimas de normalidade, o PMEPCAF poderá ser desativado por decisão da CMPC. Nesta sequência, deverão ser desenvolvidos os respetivos mecanismos de desativação de emergência por todas as entidades envolvidas aquando a ativação do Plano.

A CMPC deverá estabelecer um contacto permanente com o CDOS de modo a comunicar a ativação/desativação do PMEPCAF, a agilizar as estratégias de intervenção e a garantir o fluxo contínuo de informação atualizada da situação. A ativação/desativação do PMEPCAF deverá também ser comunicada aos municípios adjacentes. A publicitação da sua desativação será efetuada da mesma forma que a sua ativação.

8. Programa de Exercícios

O plano de emergência deve ser regularmente treinado através de exercícios em que se simulam situações de emergência a diferentes níveis. Com o planeamento e realização destes treinos poderá, por um lado, testar-se o plano em vigor, adaptando-o e atualizando-o se for caso disso, e, por outro lado, fazerem-se rotinas dos procedimentos a adotar em situação real de emergência.

| Tipologia de Risco | Data | Entidades a Envolver | Tipo de exercício (CPX ¹ ; LivEx ²) |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|
| Nevões; Ondas de Calor e Vagas de Frio | 2º semestre de 2013 | SMPC; Bombeiros Voluntários de Alfândega da Fé; GIPS; Autoridade de Saúde do Município; Centro de Saúde; INEM; GNR; EDP; REN; Estradas de Portugal, S.A.; Juntas de Freguesias; Instituto da Segurança Social, I.P. | CPX |
| Acidentes Rodoviários | 1º semestre de 2014 | SMPC; Bombeiros Voluntários de Alfândega da Fé; Autoridade de Saúde do Município; Centro de Saúde; INEM; GNR; Estradas de Portugal, S.A.; Juntas de Freguesias; Instituto de Segurança Social, I.P. | LivEx |
| Incêndios Florestais | 2º semestre de 2014 | SMPC; Bombeiros Voluntários de Alfândega da Fé; GIPS; Autoridade de Saúde do Município; Centro de Saúde; INEM; GNR; Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., EDP; REN; Estradas de Portugal, S.A.; Juntas de Freguesias; Instituto de Segurança Social, I.P. | CPX |
| Incêndios e colapsos em centros históricos e em edifícios com elevada concentração populacional | 1º semestre de 2015 | SMPC; Bombeiros Voluntários de Alfândega da Fé; GIPS; Autoridade de Saúde do Município; Centro de Saúde; INEM; GNR; EDP; REN; Estradas de Portugal, S.A.; Juntas de Freguesias; Instituto de Segurança Social, I.P. | LivEx |

Tabela 6 – Calendarização de exercícios

1 Comand Post Exercise – entende-se aquele que se realiza em contexto de sala de operações e tem como objetivos testar o estado de prontidão e a capacidade de resposta e de mobilização de meios das diversas entidades envolvidas nas operações de emergência.

2 Entende-se um exercício de ordem operacional, no qual se desenvolvem missões no terreno, com meios e equipamentos, permitindo avaliar as disponibilidades operacionais de execução das entidades envolvidas.